

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA JUMIL - JUSTINO DE MORAIS, IRMÃOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **JUMIL - JUSTINO DE MORAIS, IRMÃOS S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Batatais, Estado de São Paulo, na Rua Ana Luiza, 568, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 44.944.668/0001-62, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 353.0001448-1, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, como agente fiduciário, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

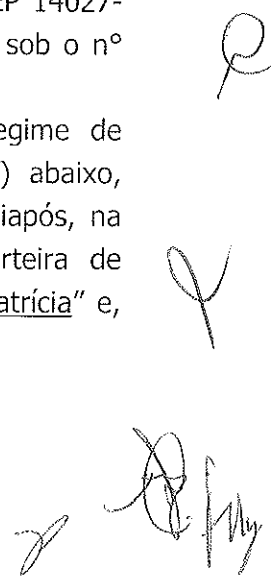
(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, ainda, na qualidade de intervenientes anuentes:

(c) **RUBENS DIAS DE MORAIS**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, advogado, residente e domiciliado na Rua Coronel Joaquim Alves, 760, Centro, na Cidade de Batatais, Estado de São Paulo, CEP 01430-000, portador da carteira de identidade RG nº 13.202.159-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.710.898-15 ("Rubens");

(d) **FABRÍCIO ROSA DE MORAIS**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, residente e domiciliado na Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 2800, Vila Do Golf, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14027-250, portador da carteira de identidade RG nº 10.597.849-8, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.870.378-40 ("Fabrício");

(e) **PATRÍCIA ROSA DE MORAIS CRIVELENTI**, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens com Éder Palma Crivelenti, qualificado no item (f) abaixo, administradora de empresas, residente e domiciliada na Rua 6, 145, Chácara Caiapós, na Cidade de Batatais, Estado de São Paulo, CEP 14300-000, portadora da carteira de identidade RG nº 12.687.451-7, inscrita no CPF/MF sob o nº 071.807.438-60 ("Patrícia" e, em conjunto com Fabrício e Rubens, os "Garantidores"); e



(f) **ÉDER PALMA CRIVELENTI**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens com Patrícia, acima qualificada, residente e domiciliado na Rua 6, 145, Chácara Caiapós, na Cidade de Batatais, Estado de São Paulo, CEP 14300-000, portador da carteira de identidade RG nº 14.529.104-2 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.933.878-19 ("Éder");

vêm por esta celebrar, na melhor forma de direito, o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Jumil - Justino de Moraes, Irmãos S.A." ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de abril de 2015 ("AGE"), na qual foram deliberadas e aprovadas (a) a Emissão, incluindo seus termos e condições, conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); (b) a Oferta Restrita (conforme definida abaixo), incluindo os seus termos e condições, conforme o disposto na Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.385/76") e na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e (c) a constituição da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM.

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 6º da Instrução CVM 476 e o artigo 19 da Lei 6.385/76.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da Ata de AGE.

2.2.1. A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão e a Oferta Restrita (conforme abaixo definido) será (a) devidamente arquivada na JUCESP, e (b) publicada no jornal "A Cidade" de Ribeirão Preto e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 62, inciso I, e artigo 289, ambos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão.

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após a obtenção do referido registro.

2.3.3. Em virtude da Fiança de que trata os itens 6.23.1 e seguintes abaixo, de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura de Emissão deverá ser levada a registro nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Batatais e da Comarca da Cidade de Ribeirão Preto, todas no Estado de São Paulo, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em até 3 (três) Dias Úteis contados da presente data, e seus eventuais aditamentos serão averbados à margem dos registros acima.

2.4. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica.

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário através do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente na CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas na CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. Não obstante o disposto no item 2.4.2 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo definidos), depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos contados da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e observado ainda o cumprimento, pela Emissora, das obrigações dispostas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Constituição das Hipotecas

2.5.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto no item 6.23.3 abaixo, as Hipotecas serão formalizadas por meio de escrituras

R

R

R

R

R

públicas de garantia hipotecária, a serem celebradas entre os Garantidores Fabrício e Patrícia, na qualidade de proprietários dos Imóveis, a Emissora, na qualidade de interveniente-devedora, e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Escrituras Públicas de Garantia Hipotecária"), e será constituída mediante o registro das Escrituras Públicas de Garantia Hipotecária nas respectivas matrículas dos imóveis dados em garantia hipotecária nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes.

2.5.1.1. As Escrituras Públicas de Garantia Hipotecária deverão ser registradas no Oficial de Registro de Imóveis competente até a Data de Liquidação (conforme abaixo definida) das Debêntures, de acordo com o previsto nas Escrituras Públicas de Garantia Hipotecária.

2.5.2. Após a realização do registro mencionado no item 2.5.1 acima, a Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do referido registro, bem como uma via original das matrículas dos imóveis com os respectivos registros.

2.6. Constituição da Fiança

2.6.1. Conforme indicado no item 2.3.3 acima, em função da garantia fidejussória prestada pelos Garantidores, nos termos do item 6.23.1 abaixo, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, da Emissora, do Agente Fiduciário e de cada um dos Garantidores, até a Data de Liquidação (conforme abaixo definida) das Debêntures, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 ("Lei de Registros Públicos").

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes da Emissora, do Agente Fiduciário e dos Garantidores em até 5 (cinco) dias contados da obtenção dos registros.

2.6.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos no item 2.6.2 acima dentro do prazo, o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com todos os respectivos custos e despesas de tais registros. A eventual realização do registro pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão.

2.7. Constituição da Cessão Fiduciária

2.7.1. Nos termos do artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e observado o disposto na Cláusula 6.23.2 abaixo, a Cessão Fiduciária foi formalizada por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Conta Reserva", celebrado em 17

R

J

Fly

2

17

de abril de 2015, entre o Agente Fiduciário, o Banco Centralizador (conforme definido no respectivo documento) e a Emissora ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com as Escrituras Públicas de Garantia Hipotecária, os "Instrumentos de Garantia"), e será constituída mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos Cartórios de Títulos e Documentos da sede ou domicílio das partes signatárias do referido instrumento, na forma prevista nos artigos 129, 5º, e 130 da Lei de Registros Públicos e no artigo 1.361, § 1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

2.7.2. O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Batatais, Estado de São Paulo, da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo no prazo estabelecido no Contrato de Cessão Fiduciária.

2.7.3. Após a realização dos registros mencionados nos itens 2.7.1 e 2.7.2 acima deverá ser entregue ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original do respectivo documento registrado, dentro do prazo previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como cópia da notificação nos termos do item 6.23.2 abaixo.

2.8. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.8.1. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de colocação e sem a utilização de prospecto, a Oferta Restrita (conforme abaixo definido) poderá vir a ser registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", estando referido registro condicionado à expedição, até a data de encerramento da Oferta Restrita, de diretrizes específicas para o cumprimento desta obrigação.

Cláusula Terceira – OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1. De acordo com o seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social "a fabricação e o comércio de máquinas e implementos para a agropecuária, a fundição de metais e peças plásticas (rotomoldagem), podendo explorar o transporte rodoviário de cargas e negócios correlatos, sendo-lhe permitido praticar todas as operações direta ou indiretamente relacionadas com seu fim".

Cláusula Quarta – DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados para a gestão ordinária dos negócios da Emissora, notadamente (a) para o pagamento da dívida existente, incluindo o pagamento antecipado integral dos contratos financeiros listados no Anexo I desta Escritura

de Emissão, sendo certo que os contratos listados no Anexo I deverão ser liquidados integralmente na Data de Liquidação (conforme abaixo definida), e (b) para financiamento de investimentos da Emissora.

Cláusula Quinta – CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1. Colocação

5.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de colocação da totalidade das Debêntures ("Oferta Restrita"), com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), e de outras instituições financeiras integrantes do sistema de valores mobiliários (cada uma delas, individualmente, "Coordenador" e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Jumil - Justino de Moraes, Irmãos S.A.", a ser celebrado entre a Emissora, os Coordenadores e os Garantidores ("Contrato de Distribuição").

5.1.1.1 A garantia firme será prestada de forma individual e não solidária entre os Coordenadores, conforme disposto no Contrato de Distribuição.

5.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos do item 5.1.3 abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

5.1.3. O público alvo da Oferta Restrita será composto por investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado ainda o disposto nos incisos I e II do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

5.1.3.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM 409, para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Q

1

hmy

2

3

5.1.3.2. Os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para fins dos limites previstos no item 5.1.2. acima.

5.1.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quinta.

5.1.5. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (c) efetuou a sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.

5.1.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.1.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.2. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

5.2.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, sendo que todas as Debêntures serão subscritas e integralizadas em uma única data ("Preço de Subscrição").

5.2.1.1. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional pelo Preço de Subscrição, no dia 07 de maio de 2015 ("Data de Liquidação") de acordo com as normas e procedimentos de liquidação aplicáveis à CETIP.

5.2.1.2. Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição.

5.3 Negociação

Handwritten signatures and initials are present in the right margin of the page, including a large 'R' and several other illegible marks.

5.3.1. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei nº 6.385 de 7 de dezembro de 1976.

Cláusula Sexta – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1. Série

6.1.1. A Emissão será realizada em duas séries.

6.2. Valor Total da Emissão

6.2.1. O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) equivalentes às debêntures da primeira série ("Valor Debêntures Primeira Série") e R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) equivalentes às debêntures da segunda série ("Valor Debêntures Segunda Série").

6.3. Quantidade de Debêntures

6.3.1. Serão emitidas 100 (cem) Debêntures, sendo 60 (sessenta) correspondentes à primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e 40 (quarenta) correspondentes à segunda série ("Debêntures da Segunda Série").

6.4. Número da Emissão

6.4.1. Esta Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

6.5. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

6.5.1. O banco liquidante da presente Emissão será o **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º ao 3º (parte), e 4º e 5º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e o escriturador mandatário das Debêntures será a **Itaú Corretora de Valores S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 3º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

R

Q

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

6.6. Data de Emissão das Debêntures

6.6.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 17 de abril de 2015 ("Data de Emissão").

6.7. Valor Nominal Unitário das Debêntures

6.7.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

6.8. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

6.8.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautela ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.8.2. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, qual seja, o Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.9. Espécie

6.9.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, representada pelas Hipotecas, pela Cessão Fiduciária e pela Fiança (conforme definidos abaixo), nos termos desta Escritura de Emissão.

6.10. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

6.10.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Liquidação, vencendo-se, portanto, em 07 de maio de 2020 ("Data de Vencimento").

6.11. Amortização

6.11.1. A amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures de ambas as Séries será realizada trimestralmente, em 20 (vinte) parcelas iguais, sendo o primeiro pagamento em 07 de agosto de 2015 e os demais no dia 07 dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso), conforme indicado na tabela abaixo:

R

f

My

Q

2

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO
1ª	07 de agosto de 2015	5,0000%
2ª	07 de novembro de 2015	5,0000%
3ª	07 de fevereiro de 2016	5,0000%
4ª	07 de maio de 2016	5,0000%
5ª	07 de agosto de 2016	5,0000%
6ª	07 de novembro de 2016	5,0000%
7ª	07 de fevereiro de 2017	5,0000%
8ª	07 de maio de 2017	5,0000%
9ª	07 de agosto de 2017	5,0000%
10ª	07 de novembro de 2017	5,0000%
11ª	07 de fevereiro de 2018	5,0000%
12ª	07 de maio de 2018	5,0000%
13ª	07 de agosto de 2018	5,0000%
14ª	07 de novembro de 2018	5,0000%
15ª	07 de fevereiro de 2019	5,0000%
16ª	07 de maio de 2019	5,0000%
17ª	07 de agosto de 2019	5,0000%
18ª	07 de novembro de 2019	5,0000%
19ª	07 de fevereiro de 2020	5,0000%
20ª	07 de maio de 2020	100,0000% do saldo remanescente do Valor Nominal Unitário

6.12. Remuneração das Debêntures da Primeira Série

6.12.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

6.12.2. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra group", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 3,65% (três inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Liquidação ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e será paga ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 6.12.4 abaixo, de acordo com a fórmula constante no item 6.12.3 abaixo ("Remuneração da Primeira Série").

6.12.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

R

J

Fm

2

3

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros Fator calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator de Juros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

FatorDI produtório das Taxas DI-Over, da data de início do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) inclusive, até a data de cálculo da Remuneração da Primeira Série exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

nDI número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

[Handwritten signatures and marks]

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread 3,6500 (três inteiros e sessenta e cinco centésimos);

DP É o número de dias úteis entre a Data de Liquidação ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

6.12.3.1. O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

6.12.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

6.12.3.3 Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

6.12.3.4. O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.12.3.5. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

6.12.4. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Liquidação, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida abaixo) e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente, ou na hipótese de declaração do vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula 6.19 abaixo, ou de um resgate antecipado, na data em que o primeiro deles ocorrer. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

6.12.5. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração da Primeira Série, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

6.12.5.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), nos termos da Cláusula Nona abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Liquidação das Debêntures ou a partir da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento, sendo certo que não será aplicável a esta hipótese o pagamento do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série, previsto na Cláusula 6.17.1, abaixo. As Debêntures da Primeira Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da Primeira Série das Debêntures da Primeira Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.12.5.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

6.12.6. Caso a Taxa DI volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.12.5.1 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas, se convocada, deverá ser realizada e estabelecer que a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 6.12.6, a última Taxa

R

Y

Wing

Q

X

DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.12.7. Os Garantidores desde já concordam com o disposto no item 6.12.6 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor. Os Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

6.13. Remuneração das Debêntures da Segunda Série

6.13.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série não será atualizado.

6.13.2. A remuneração das Debêntures da Segunda Série contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem inteiros por cento) da variação acumulada das taxas diárias da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de *Spread* de 9,52% (nove inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da Segunda Série e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo ("Remuneração da Segunda Série" e, quando em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "Remuneração").

6.13.3. Os juros são calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias corridos, desde a Data de Liquidação ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

6.13.4. O cálculo da Remuneração da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração da Segunda Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

R

f

My
x

Fator Juros Fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorTJLP} \times \text{FatorSpread})$$

FatorTJLP Produtório da TJLP, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator TJLP} = \prod_{k=1}^n \left[\left(1 + \frac{\text{TJLP}_k}{100} \right)^{\frac{1}{360}} \right]$$

onde:

n número total de dias corridos durante o período de capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TJLPk Taxa de Juros de Longo Prazo para o dia "k" em referência expressa ao ano;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}} \right\}$$

onde:

Spread 9,52 (nove inteiros e cinquenta e dois centésimos);

n É o número de dias corridos entre a Data de Liquidação, último pagamento de juros, conforme o caso, e a data atual, sendo "n" um número inteiro;

A TJLP deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo

6.13.4.1. O fator resultante da expressão é $\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}}$ considerado com 10

(dez) casas decimais, para em seguida ser considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

$$\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{360}}$$

6.13.4.2. Efetua-se o produto do fator sendo que a cada fator acumulado considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator, e assim por diante até o último considerado.

6.13.4.3 A aplicação da TJLP incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.13.5. Caso a TJLP não tenha sido divulgada pelo Conselho Monetário Nacional quando da apuração da Remuneração da Segunda Série, será aplicada a última TJLP divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da TJLP.

6.13.5.1. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da TJLP por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da TJLP, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), nos termos da Cláusula Nona abaixo, a qual terá como objeto a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Segunda Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Segunda Série. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário calculado pelo Valor Unitário de Resgate Antecipado (conforme abaixo definido), nos termos da Cláusula 6.17.2. abaixo, sendo certo que não será aplicável a esta hipótese o pagamento do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série, previsto na Cláusula 6.17.1, abaixo. As Debêntures da Segunda Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo do Valor Unitário de Resgate Antecipado das Debêntures da Segunda Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa TJLP divulgada oficialmente.

6.13.5.2. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última TJLP que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

6.13.6. Caso a TJLP volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 6.13.5.1 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá estabelecer que a TJLP, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da TJLP nos termos deste item, a última TJLP divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

6.13.7. Os Garantidores desde já concordam com o disposto no item 6.13.6 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definida) válida e em pleno vigor. Os Garantidores desde já concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer instrumentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

6.14. Pagamento da Remuneração

6.14.1. A Remuneração de ambas as Séries será paga trimestralmente, sendo o primeiro pagamento em 07 de agosto de 2015 e os demais no dia 07 dos meses de novembro, fevereiro, maio e agosto de cada ano, devendo o último pagamento ocorrer na Data de Vencimento (ou na data em que ocorrer o Resgate Antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, se for o caso) ("Data de Pagamento da Remuneração").

6.14.2. Farão jus aos pagamentos aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento prevista na presente Escritura de Emissão.

6.15. Repactuação

6.15.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.16. Aquisição Facultativa

6.16.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observados os prazos estabelecidos na Instrução CVM 476, adquirir Debêntures, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures deverão ser adquiridas na totalidade pela Emissora, para as Debêntures da Primeira Série, pelo valor de Resgate Antecipado Facultativo Total da Primeira Série, definido abaixo e para as Debêntures de Segunda Série, pelo valor de Resgate Antecipado Facultativo Total da Segunda Série, também definido abaixo. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para

R

f

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

permanência em tesouraria nos termos deste item, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures.

6.17. Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures

6.17.1. Resgate Antecipado Facultativo Total. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da anuência dos Debenturistas, realizar, a qualquer tempo, mediante o envio de comunicado aos Debenturistas de cada uma das Séries e ao Agente Fiduciário ou mediante a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da data prevista para realização do referido resgate. O resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) das Debêntures da Primeira Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total da Primeira Série"), com o consequente cancelamento de tais Debêntures da Primeira Série mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, bem como dos Encargos Moratórios e do prêmio de resgate incidente sobre saldo devedor das Debêntures da Primeira Série, conforme abaixo definido ("Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série"), restando claro que não haverá incidência de prêmio de resgate para as Debêntures da Segunda Série:

PERÍODO	PRÊMIO (FLAT)
1º ao 12º mês (de 07 de maio de 2015 a 06 de maio de 2016)	1,50%
13º ao 24º mês (de 07 de maio de 2016 a 06 de maio de 2017)	1,25%
25º ao 36º mês (de 07 de maio de 2017 a 06 de maio de 2018)	1,00%
37º ao 48º mês (de 07 de maio de 2018 a 06 de maio de 2019)	0,75%
49º ao 60º mês (de 07 de maio de 2019 a 06 de maio de 2020)	0,50%

6.17.2. Para as Debêntures da Segunda Série, no caso de resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) das Debêntures da Segunda Série, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas da Segunda Série (i) o valor correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, somado a um prêmio positivo resultante da aplicação da fórmula abaixo ("Valor Unitário de Resgate Antecipado"), e (ii) demais encargos devidos e

não pagos pela Emissora ("Resgate Antecipado Facultativo Total da Segunda Série", e em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total da Primeira Série, "Resgate Antecipado Facultativo Total");

$$\text{Valor Unitário de Resgate Antecipado} = \sum_{p=1}^m \frac{Vne_p \times \left[\prod_{k=1}^n \left(1 + \frac{TJLP_k}{100} \right)^{\frac{1}{360}} \right] \times \left(1 + \frac{\text{spread}}{100} \right)^{\frac{n}{360}} - 1}{\left(1 + \frac{\text{Juros de Mercado}_p}{100} \right)^{\frac{nr}{252}}} + Vne_p$$

Onde:

m= Número de períodos de capitalização remanescentes incluindo o período de capitalização vigente, sendo m um número inteiro.

p= Número inteiro de ordem dos períodos de capitalização, variando de 1 a "n".

VNe_p= Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures resgatadas ou adquiridas antecipadamente, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento do período de capitalização "p".

n = número total de dias corridos do período de capitalização, sendo "n" um número inteiro.

k = número de ordem da TJLP, variando de 1 até "n";

TJLP_k = Taxas observadas e futuras, conforme o caso, das Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o dia "k" em referência expressa ao ano, determinada pelos Debenturistas da Segunda Série previamente reunidos em Assembleia Geral;

spread = 9,65 (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento);

nr = número de Dias Úteis entre a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures, exclusive, e a data do evento programado de cada período de capitalização "p" vincenda inclusive.

Juros de Mercado_p = Serão determinados com base na taxa futura da Taxa DI com vencimento igual ao vencimento do Período de Capitalização "p" disponibilizada pela BM&FBOVESPA.

6.17.3. Observado o disposto nos itens 6.17.1 e 6.17.2 acima, o Resgate Antecipado Facultativo Total somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual ou

publicação de anúncio pela Emissora dirigida ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"), com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total ("Data do Resgate Antecipado Facultativo Total") que deverá, necessariamente, ser um Dia Útil. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverão constar (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas, cujo cálculo dependerá da prévia realização de Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a fim de determinar a TJLPk a ser utilizada no cálculo do Valor Unitário de Resgate Antecipado; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.17.3.1. O Resgate Antecipado Facultativo Total deverá ser comunicado à CETIP, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data do Resgate Antecipado Facultativo Total.

6.17.4. O pagamento das Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) mediante depósito em contas correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Liquidante e pelo Escriturador Mandatário, no caso de Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

6.17.5. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser canceladas.

6.17.6. Ao subscrever as Debêntures, os Debenturistas declaram-se cientes e de acordo com a fórmula de cálculo do Valor Unitário de Resgate Antecipado indicada no item 6.17.2 acima.

6.18. Amortização Extraordinária

6.18.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, amortizar extraordinariamente as Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Saldo do Valor Nominal Unitário ("Amortização Extraordinária").

6.18.2. A Emissora deverá comunicar, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis, a data pretendida para a realização da Amortização Extraordinária por meio de comunicação individual endereçada a todos os Debenturistas, ao Agente Fiduciário e à CETIP com, ao menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o pagamento aos Debenturistas ("Data de Amortização Extraordinária"); (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente; (iii) o valor a ser pago pela Amortização Extraordinária, o qual deverá ser calculado conforme previsto nos itens 6.18.3 abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ("Comunicação de Amortização Extraordinária").

6.18.3. O valor da amortização extraordinária das Debêntures da Primeira Série será correspondente à parcela do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente, acrescido (i) da Remuneração, calculada desde a Data de Liquidação (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso), até a Data de Amortização Extraordinária, *pro rata temporis*, conforme o caso, (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão até a data da efetiva amortização, (os itens (i) e (ii), em conjunto, o "Valor da Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série"), e (iii) de um prêmio *flat* aplicado sobre Valor da Amortização Extraordinária das Debêntures da Primeira Série, conforme tabela abaixo:

PERÍODO	PRÊMIO (FLAT)
1º ao 12º mês (de 07 de maio de 2015 a 06 de maio de 2016)	1,50%
13º ao 24º mês (de 07 de maio de 2016 a 06 de maio de 2017)	1,25%
25º ao 36º mês (de 07 de maio de 2017 a 06 de maio de 2018)	1,00%
37º ao 48º mês (de 07 de maio de 2018 a 06 de maio de 2019)	0,75%
49º ao 60º mês (de 07 de maio de 2019 a 06 de maio de 2020)	0,50%

6.18.4. Para a Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas da Segunda Série (i) o valor correspondente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data da efetiva Amortização Extraordinária, somado ao Valor Unitário de Resgate Antecipado, calculado conforme fórmula prevista no item 6.17.2 acima, e (ii) demais encargos devidos e não pagos pela Emissora ("Valor da Amortização Extraordinária das Debêntures da Segunda Série").

6.18.5. Caso após a realização de uma Amortização Extraordinária, o saldo do Valor Nominal Unitário se torne igual a 2% (dois por cento) do Valor Total de Emissão, conforme apurado pelo Agente Fiduciário e validado pela Emissora, a Emissora não poderá realizar outra Amortização Extraordinária, devendo, se o desejar, realizar o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, nos termos do item 6.17 acima.

6.19. Vencimento Antecipado

6.19.1. As Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento (i) para as Debêntures de Primeira Série, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Liquidação, ou a última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos de quaisquer dos documentos da Emissão ("Montante Devido Antecipadamente da Primeira Série"), e (ii) para as Debêntures de Segunda Série, de seu Valor Unitário de Resgate Antecipado e demais encargos vencidos e não pagos pela Emissora, calculado nos termos do item 6.17.2 desta Escritura de Emissão (com o que os Debenturistas ao subscreverem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo), sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos de quaisquer dos documentos da Emissão ("Montante Devido Antecipadamente da Segunda Série" e, em conjunto com o Montante Devido Antecipadamente da Primeira Série, "Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência das hipóteses descritas nos itens 6.19.2. e 6.19.3. abaixo, observados os eventuais prazos de cura, quando aplicáveis ("Eventos de Vencimento Antecipado").

6.19.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 6.19.2 acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) cessação pela Emissora de suas atividades empresariais e/ou adoção de medidas societárias voltadas à sua liquidação, dissolução ou extinção;
- (b) não pagamento pela Emissora e/ou pelos Garantidores de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão e/ou nos Instrumentos de Garantia, devidas aos Debenturistas na respectiva data de pagamento;
- (c) com relação a qualquer dos bens objeto da Cessão Fiduciária e/ou das Hipotecas e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos dos respectivos Instrumentos de Garantia, conforme aplicável, qualquer forma de alteração, alienação, venda, cessão, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer ônus (exceto pelas próprias Garantias), ou permissão que qualquer dos atos acima seja realizado, em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, exceto quando sejam

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

previamente aprovados pelos Debenturistas, representando mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (d) transferência, direta ou indireta, do controle acionário detido pelo(s) atual(is) controlador(es) da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) exceto (i) no caso de doação do atual controlador Sr. Rubens Dias de Moraes para seus herdeiros necessários Fabrício e Patrícia, acima qualificados, (ii) pela integralização das ações da Emissora em outras sociedades que sejam controladas pelo(s) atual(is) controlador(es) e/ou pelos herdeiros necessários do(s) atual(is) controlador(es) da Emissora, ou (iii) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando mais de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (e) (i) proposta pela Emissora, a qualquer credor ou classe de credores de plano de recuperação judicial ou extrajudicial, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (ii) requerimento pela Emissora de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou, ainda, pedido de autofalência pela Emissora;
- (f) (i) decretação de falência da Emissora ou decretação de insolvência civil dos Garantidores; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora ou pedido de insolvência civil formulado pelos Garantidores; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou de insolvência civil em face dos Garantidores e não devidamente elidido no prazo legal;
- (g) transformação do tipo societário da Emissora, de modo que deixe de ser uma sociedade anônima, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (h) realização de redução de capital social da Emissora, sob qualquer forma, após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se decorrente do cancelamento das ações em tesouraria da Emissora na Data de Emissão, equivalentes a 5,79% (cinco inteiros e setenta e nove décimos por cento) do Capital Social da Emissora, cujo saldo a pagar pela Emissora aos acionistas vendedores das ações correspondia, em 31 de dezembro de 2014, a R\$757.669,78 (setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove reais e setenta e oito centavos);
- (i) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula Quarta acima;

- (j) cessão ou qualquer forma de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia;
- (k) inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias ou ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas a Emissora e/ou os Garantidores, assim entendidas as dívidas contraídas no âmbito do mercado financeiro ou no mercado de capitais, pela Emissora e/ou Garantidores, que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos;
- (l) exceto pelos casos indicados no item (k) acima, inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias ou ocorrência de vencimento antecipado de quaisquer obrigações a que estejam sujeitas a Emissora e/ou os Garantidores, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) e que não sejam decorrentes da presente Escritura de Emissão, não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos contratos ou instrumentos;
- (m) cisão, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora sem prévia aprovação de, pelo menos, 85% (oitenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para este fim, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo primeiro do referido artigo, bem como as hipóteses previstas no item "d" da Cláusula 6.19.2 acima;
- (n) caso provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão e/ou nos Instrumentos de Garantias;
- (o) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- (p) se qualquer documento da Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem revogadas, anuladas, rescindidas, se tornarem nulas, inválidas, inexecutáveis ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor;
- (q) caso a Emissora, durante a vigência desta Escritura de Emissão, realize, isolada ou cumulativamente: (i) pagamentos às acionistas, a título de dividendos, participação nos resultados, juros sobre capital próprio e remuneração por prestação de serviços ou fianças; e (ii) operações de concessões de empréstimos, incluindo a subscrição de debêntures, a pessoas físicas ou jurídicas, em valor superior ao equivalente a 25%

9

1

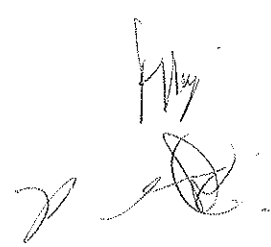
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.




(vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora apurado em cada exercício financeiro; e

- (r) caso a Emissora efetue qualquer alienação de Fábrica 1 (conforme abaixo definido) e não deposite a totalidade dos recursos oriundos de tal alienação na Conta Reserva que será cedida fiduciariamente aos Debenturistas por meio da Cessão Fiduciária ou não utilize a totalidade dos recursos oriundos de tal alienação para a realização de Resgate Antecipado Facultativo Total ou de Amortização Extraordinária das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

6.19.3 Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 6.19.3 não sanados no prazo de cura, quando aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), nos termos do item 6.19.3.1 abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) cessão, promessa de cessão, venda, alienação e/ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência, pela Emissora, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa, de ativos que representem mais de 10% (dez por cento) ou de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dos dois o menor, dos ativos totais da Emissora e/ou que estejam fora do curso ordinário de seus negócios, sem a anuência prévia de Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- (b) não constituição das Garantias, nos termos e prazos definidos nos Instrumentos de Garantia;
- (c) transferência, direta ou indireta, do controle acionário detido pelo(s) atual(is) controlador(es) da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) nos casos de sucessão causa mortis dos(s) atual(is) controlador(es) da Emissora;
- (d) descumprimento pela Emissora e/ou pelos Garantidores de qualquer obrigação não pecuniária prevista na presente Escritura de Emissão, e/ou nos Instrumentos de Garantia não sanada no período de 05 (cinco) Dias Úteis da sua ocorrência;
- (e) não cumprimento de qualquer laudo arbitral definitivo, decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou os Garantidores, no prazo definido para pagamento na referida decisão;
- (f) questionamento judicial, pela Emissora e/ou por qualquer dos Garantidores, e/ou por qualquer de suas controladoras, controladas e/ou coligadas da Emissora da Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia;



- (g) questionamento judicial, por qualquer pessoa não mencionada no item (c) acima, da Escritura de Emissão e/ou dos Instrumentos de Garantia, não sanado nos prazos legais;
- (h) caso as Garantias previstas na Cláusula 6.23 abaixo tornem-se insuficientes e a Emissora não realize sua substituição e/ou reforço na forma do disposto no artigo 333, inciso III do Código Civil e nos respectivos Instrumentos de Garantia;
- (i) caso a Fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer dos Garantidores, ou, ainda caso a Emissora, qualquer dos Fiadores ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações de qualquer dos Garantidores nos termos da presente Escritura de Emissão, conforme o caso;
- (j) falecimento, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, evento equivalente ou procedimento similar com relação a qualquer Garantidor, sem a observância dos seguintes prazos e procedimentos: (i) indicação pela Emissora aos Debenturistas, para que estes tomem ciência do potencial fiador substituto idôneo, no prazo máximo de 10 dias (dez) dias, contados da ocorrência de um dos eventos citados no início deste item; (ii) em até 5 (cinco) dias após a indicação pela Emissora do novo fiador, deverá ser convocada Assembleia Geral de Debenturistas pelo Agente Fiduciário para formalização da aceitação ou não, pelos Debenturistas, do novo fiador ou coobrigada apresentado pela Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, observado que o novo fiador e/ou coobrigada deverá ter sido efetivamente substituído em até 20 (vinte) dias contados da ocorrência de um dos eventos citados no início deste item, sendo certo que até a indicação de novo fiador aceito pela Assembleia Geral de Debenturistas, permanecerá o sucessor, quando aplicável, obrigado nos termos da lei;
- (k) caso a Hipoteca de Sétimo Grau (conforme definida no item 6.23.3 abaixo), não seja convertida em hipoteca de primeiro grau no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da Data de Liquidação das Debêntures, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e na respectiva Escritura Pública de Garantia Hipotecária;
- (l) ocorrência de eventos ou situações que afetem, de modo relevante e adverso, a critério dos Debenturistas, a capacidade financeira e/ou operacional da Emissora e impossibilitem que a Emissora honre tempestivamente suas obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura de Emissão ("Mudança Adversa Relevante");
- (m) protesto legítimo de títulos contra a Emissora e/ou contra os Garantidores no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, superior a R\$3.000.000,00
- 
- 
- 

(três milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora e/ou os Garantidores seja responsável;

- (n) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou dos Garantidores, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais);
- (o) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativa à inobservância da legislação socioambiental, em especial, mas não se limitando, à legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional e ao meio ambiente, bem como, se forem feitas alegações contra a Emissora, de qualquer forma, referentes a prostituição ou a utilização em suas atividades mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo;
- (p) existência de sentença condenatória transitada em julgado relativamente à prática de atos, pela Emissora e, que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil ou ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente;
- (q) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de parte substancial de seus ativos;
- (r) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações, licenças e outorgas, inclusive as ambientais, exigidas para que a Emissora possa operar que afete o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença, autorização ou outorga;
- (s) atuação da Emissora ou de qualquer um dos Garantidores, em desconformidade com as disposições da Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), apurada através de sentença judicial transitada em julgado;
- (t) caso provarem-se incompletas quaisquer das declarações prestadas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão e/ou nos Instrumentos de Garantias; e
- (u) não observância pela Emissora dos seguintes índices financeiros a serem calculados anualmente ("Índices Financeiros"): (i) da relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora, igual ou menor que (a) 3,2 (três inteiros e dois centésimos) em Dezembro de 2014, (b) 3,0 (três) em Dezembro de 2015 e (c) 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) de Dezembro de 2016 em diante; (ii) da relação entre ativo circulante da Emissora e passivo circulante da Emissora, maior ou igual a (a) 0,90

C

P

fy

2

AB

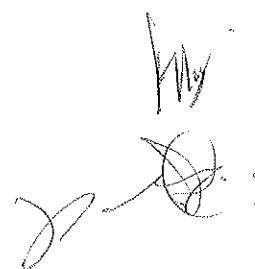
(noventa centésimos) em Dezembro de 2014 e (b) 1,10 (um inteiro e dez centésimos) a partir de Dezembro de 2015 e (iii) o total da Dívida Líquida da Emissora seja igual ou menor que R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) durante todo o Prazo de Vigência das Debêntures. Os Índices Financeiros serão apurados a partir das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas pelos auditores independentes, e calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei das Sociedades por Ações e nos procedimentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), a serem verificados anualmente, a partir de 31 de dezembro de 2015.

(u.1) Para fins do presente item, aplicar-se-ão as seguintes definições:

"Dívida Líquida" significa, com base na última Demonstração Financeira da Emissora: (a) o somatório do valor de principal, juros e, quando devidos, encargos, inclusive os Encargos Moratórios, de empréstimos, financiamentos e obrigações por aquisições de bens (exceto compromissos com fornecedores, na aquisição a prazo de equipamentos, materiais e serviços, aluguéis de bens móveis e imóveis, entre outros, destinados às atividades operacionais da Emissora), porém incluindo (i) operações financeiras com terceiros (exceto por obrigações assumidas com os governos federal, estadual ou municipal em decorrência de parcelamentos de tributos vigentes); (ii) títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional; e (iii) venda de recebíveis presentes (performados), com coobrigação da Emissora, e de recebíveis futuros (não performados), com ou sem coobrigação da Emissora; menos (b) o somatório de caixa e disponibilidades; e

"EBITDA" significa o resultado relativo aos 12 meses anteriores à data de apuração com base na última Demonstração Financeira da Emissora: o lucro ou o prejuízo líquido, antes da contribuição social e do imposto de renda, subtraindo-se as receitas e adicionando-se as despesas geradas pelos resultados financeiros e não operacionais, depreciação e amortização e resultados não recorrentes.

6.19.3.1. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), conforme previsto na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da data em que tomar ciência do Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas ou pela Emissora, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures.



6.19.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.19.3.1 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previsto na Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, desde que por deliberação de titulares que representem no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

6.19.5. Na hipótese (a) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 6.19.4 acima por falta de quórum, após segunda convocação, ou (b) de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 6.19.4 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

6.19.6. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do Montante Devido Antecipadamente, em até 1 (um) dia útil contado do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário por meio de carta protocolizada ou encaminhada com aviso de recebimento no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sendo certo que não será aplicável a esta hipótese o pagamento do Prêmio de Resgate das Debêntures da Primeira Série, previsto na Cláusula 6.17.1 acima.

6.19.6.1. A Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre o pagamento de que trata o item 6.19.6 acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

6.20. Multa e Juros Moratórios

6.20.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora e/ou pelos Garantidores de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pelos Garantidores, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.21. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

6.21.1. Sem prejuízo do disposto no item 6.20. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela

Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou encargos moratórios a partir da data em que o valor correspondente seja disponibilizado pela Emissora ao Debenturista, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a referida data.

6.22. Imunidade ou Isenção de Debenturistas

6.22.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

6.23. Garantias

6.23.1. Fiança

6.23.1.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias assumidas nesta Escritura de Emissão pela Emissora, os Garantidores prestam fiança, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente entre si, bem como a seus sucessores a qualquer título, como fiadores, principal pagadores, coobrigados e devedores solidários com a Emissora, por todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia, nos termos descritos a seguir ("Fiança").

6.23.1.2. Os Garantidores declaram-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores e principais pagadores por toda e qualquer obrigação, principal e/ou acessória, presente e/ou futura, incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração ou Valor Unitário de Resgate Antecipado, conforme o caso, e eventuais Encargos Moratórios, calculados nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, honorários advocatícios, decorrentes dos Instrumentos de Garantias, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo extrajudicial, judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão ("Obrigações Garantidas").

6.23.1.3. O valor relativo às Obrigações Garantidas será pago pelos Garantidores no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Garantidores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos

Debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Garantidores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, fora do ambiente da CETIP.

6.23.1.4. Os Garantidores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

6.23.1.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Garantidores com o objetivo de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

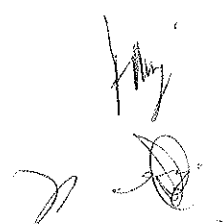
6.23.1.5. Os Garantidores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham, individualmente ou em conjunto, a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item 6.23.1, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Garantidores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.23.1.6. A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até a quitação integral das Obrigações Garantidas.

6.23.1.7. Todo e qualquer pagamento realizado pelos Garantidores em relação à Fiança ora prestada será efetuado de modo que os Debenturistas recebam dos Garantidores os valores que seriam pagos caso o pagamento fosse efetuado pela própria Emissora, ou seja, livre e líquido de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros.

6.23.1.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral quitação das Obrigações Garantidas, devendo os Debenturistas, por conta própria ou por intermédio do Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Garantidores.

6.23.1.9. O Sr. Éder qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, em razão do que dispõe o inciso III, do artigo 1.647 do Código Civil, na qualidade de cônjuge da Sra. Patricia, acima qualificada, neste ato, declara-se ciente e autoriza-a a prestar a Fiança, nos termos dispostos acima, em especial em renunciar os benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração.



6.23.2. Cessão Fiduciária

6.23.2.1. Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, a cessão fiduciária (i) de recursos a serem depositados na conta reserva de titularidade da Emissora de nº 07673-3, mantida no Banco Centralizador na agência 0442("Conta Reserva"); e (ii) a totalidade dos créditos de titularidade da Emissora contra o Banco Centralizador decorrentes de investimentos de recursos existentes na Conta Reserva que sejam realizados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária"). Deverá ser retido na Conta Reserva, recursos em montante equivalente à próxima parcela de pagamento de Remuneração e Amortização das Debêntures, conforme aplicável.

6.23.3. Hipotecas

6.23.3.1. Nos termos das Escrituras Públicas de Garantia Hipotecária, em garantia do integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, será constituída, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, (i) a hipoteca de sétimo grau sobre o imóvel objeto da matrícula nº 4.479 do Ofício de Registro de Imóveis de Mozarlândia/GO, de propriedade dos Garantidores Fabrício e Patrícia e objeto do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural ("CCIR") com código de imóvel rural nº 929.069.003.972-0 emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária ("INCRA") ("Hipoteca de Sétimo Grau"), a qual deverá ser convertida em hipoteca de primeiro grau no prazo máximo de 30 (dias) contados da Data de Liquidação, e (ii) hipoteca de primeiro grau sobre o imóvel objeto das matrículas nºs 1.695 e 1.694, todas do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Porto Alegre do Norte/MT, de propriedade dos Garantidores Fabrício e Patrícia e objeto do CCIR com código de imóvel rural nº 901.059.009.873-4 emitido pelo INCRA ("Hipoteca de Primeiro Grau" e, em conjunto com a Hipoteca de Sétimo Grau, as "Hipotecas" e, em conjunto com a Fiança e com a Cessão Fiduciária, as "Garantias").

6.23.4. Qualquer das Garantias poderá ser livremente excutida pelo Agente Fiduciário, quantas vezes julgar necessário, na ocorrência de inadimplemento por parte da Emissora e/ou dos Garantidores de qualquer das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia não havendo qualquer ordem de preferência.

6.23.5. O Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, em nome da Emissora, promover o registro das Garantias, caso a Emissora não o faça, às expensas da Emissora, nos termos do artigo 62, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A eventual realização dos registros pelo Agente Fiduciário não descaracterizará o inadimplemento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora, nos termos da presente Escritura de Emissão.

6.23.6. Estabelecem as Partes que, conforme Laudo de Avaliação realizado com relação aos Imóveis, estes devem ser equivalentes a, no mínimo à 100% (cem por cento) do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, e, a partir desta data, no mínimo à 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures até a Data de Vencimento. Caso qualquer das Garantias venha a se tornar insuficiente, a exclusivo critério dos Debenturistas, este poderá solicitar a substituição ou reforço da garantia considerada insuficiente para a quitação das Obrigações Garantidas, na forma do art. 333, inciso III do Código Civil, e nos termos desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, conforme o caso.

6.24. Forma e Local de Pagamento

6.24.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Escriturador Mandatário das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

6.25. Prorrogação dos Prazos

6.25.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente desta Escritura de Emissão, se o vencimento coincidir com dia que seja um feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos. Para fins desta Escritura de Emissão será considerado "Dia Útil" qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

6.26. Publicidade

6.26.1. Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) jornal "A Cidade" de Ribeirão Preto. Não obstante, todas as publicações que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas exceto atos societários, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e no (ii) jornal "A Cidade" de Ribeirão Preto, sendo certo que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar um aviso no jornal a ser substituído, comunicando as partes da substituição e informando o novo veículo de publicação.

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

7.1. Sem prejuízo das demais obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantias, a Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após o que ocorrer

- primeiro entre o 90º (nonagésimo) dia contado do término de cada exercício social e a data da efetiva divulgação, (a) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes ("Auditores Independentes") relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas"); bem como, relatório específico elaborado pelos Auditores Independentes contratados pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos Índices Financeiros, e (b) declaração de Diretor da Emissora, na forma do seu estatuto social atestando: (i) o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão, especialmente com relação aos Índices Financeiros e detalhando, caso não haja o cumprimento, o motivo para tal descumprimento; (ii) da veracidade, ausência de vícios e suficiência das informações apresentadas, sob pena de impossibilidade de acompanhamento dos Índices Financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou ao Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; (iii) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (iv) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (v) que não foram praticados atos em desacordo com o Estatuto Social da Emissora;
- (b) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da respectiva solicitação, qualquer informação relevante que lhe venha a ser solicitada com relação a si ou a qualquer dos Garantidores ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
 - (c) confirmar, quando solicitado, ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (dez) dias contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, especialmente com relação à destinação dos recursos decorrentes desta Emissão, conforme previsto na cláusula 4.1 acima;
 - (d) fornecer ao Agente Fiduciário, avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora, que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no terceiro Dia Útil após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (e) atender de forma eficiente às solicitações dos Debenturistas;
 - (f) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deixe de fazê-lo, nos termos da presente Escritura de Emissão;
 - (g) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil sobre a ocorrência de qualquer

evento previsto no item 6.19 desta Escritura de Emissão;

- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e CETIP, bem como de outros agentes reguladores e/ou autorreguladores, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) notificar em até 3 (três) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou de qualquer dos Garantidores, conforme aplicável, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Garantidores, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora e/ou pelos Garantidores não mais reflitam a real condição financeira da Emissora e/ou dos Garantidores;
- (j) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade ou a habilidades dos Garantidores de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com os Instrumentos de Garantia, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (l) cumprir todas as obrigações principais e acessórias assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com os Instrumentos de Garantia, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão, sendo certo que a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados Data de Liquidação, comprovantes de pagamentos de todos os contratos financeiros elencados no **Anexo I** desta Escritura de Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e o sistema de negociação no mercado secundário por meio do CETIP21;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou

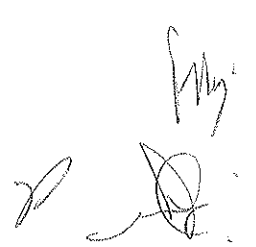
P

Q

Handwritten signature and initials at the bottom right of the page.

para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;

- (p) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (q) observar as disposições da Instrução da CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores e ao Agente Fiduciário, caso seja de interesse dos Debenturistas, a critério da Emissora;
- (r) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (s) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (t) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações apresentadas nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantias, no que for aplicável;
- (u) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (v) não agir em desconformidade com as disposições da Lei Anticorrupção, bem como das demais leis anticorrupção dos países em que desenvolve suas atividades;
- (w) adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, treinamento, comunicação, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades para garantir o fiel cumprimento das leis indicadas no item v acima por seus funcionários, executivos, diretores, representantes, procuradores e demais partes relacionadas;



- (x) não realizar operações de concessões de empréstimos, incluindo a subscrição de debêntures, a pessoas físicas ou jurídicas, em valor superior ao equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora;
- (y) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação, pela Emissora, de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas;
- (z) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- (aa) notificar em até 3 (três) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes;
- (bb) cumprir com as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (cc) mediante o envio de comunicação enviada por escrito ao Agente Fiduciário na qual declare que ocorreu e persiste um inadimplemento das Obrigações Garantidas, cumprir todas as instruções razoáveis por escrito emanadas do Agente Fiduciário para regularização das Obrigações Garantidas inadimplidas;
- (dd) assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Oferta Restrita não sejam empregados em quaisquer Condutas Indevidas (conforme definido no item 10.1, a, abaixo);
- (ee) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas e seus todas as pessoas agindo em seu nome, incluindo gerentes, conselheiros, diretores e empregados ("Representantes") (conforme abaixo definido) toda e qualquer Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido), bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
- (ff) nos termos de sua política interna de anticorrupção, garantir que ela e todos os seus Representantes, não realizem quaisquer Condutas Indevidas (conforme abaixo

P




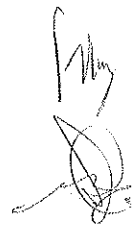
Y

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

definido).

- (gg) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades; e
- (hh) manter seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado; e
- (ii) caso a Emissora efetue qualquer alienação de sua planta industrial localizada na Cidade de Batatais, Estado de São Paulo, na Rua Ana Luiza, 568, bairro Castelo, objeto da matrícula de nº 5.268 do Oficial de Registro de Imóveis de Batatais – SP, com 51.228,22m² (cinquenta e um mil, duzentos e vinte e oito metros e vinte e dois centímetros quadrados) de área de terreno e 23.589,93 m² (vinte e três mil, quinhentos e oitenta e nove metros e noventa e três centímetros quadrados) de área construída coberta e 7.095,00m² (sete mil e noventa e cinco metros quadrados) de área construída descoberta ("Fábrica 1") até a Data de Vencimento das Debêntures, a Emissora se obriga a deixar a totalidade dos recursos oriundos da venda, depositados na Conta Reserva que será cedida fiduciariamente aos Debenturistas por meio da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios e da Conta Reserva, sendo certo que estes recursos poderão ser utilizados para o Resgate Antecipado Facultativo Total ou para uma Amortização Extraordinária das Debêntures, nos termos do item 6.19.2 (r) desta Escritura de Emissão.

7.2. Os Garantidores estão adicionalmente obrigados a, conforme aplicável:

- (a) efetuar o pagamento da Fiança, nos termos e prazo previstos nesta Escritura de Emissão;
 - (b) informar o Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 6.19 desta Escritura de Emissão; 
 - (c) fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da respectiva solicitação, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada com relação a si ou, ainda, de interesse dos Debenturistas;
 - (d) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitados;
 - (e) comunicar em até 3 (três) Dias Úteis ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade ou a habilidade da Emissora de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, principais e acessórias, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão; 
- 
- 

- (f) fornecer ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, anualmente, a contar da Data de Liquidação, declaração atestando o cumprimento de todas as obrigações dos Garantidores indicadas nesta Cláusula Sétima;
- (g) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si, suas afiliadas e seus Representantes (conforme abaixo definido) toda e qualquer Lei Anticorrupção (conforme abaixo definido), bem como abster-se de praticar quaisquer das Condutas Indevidas (conforme abaixo definido), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento da Lei Anticorrupção; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, bem como realizar quaisquer das Condutas Indevidas; e (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias; e
- (h) cumprir, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto se questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial.

7.3. As despesas a que se refere o item 7.1 (o) acima deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, e compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) despesas com fotocópias, digitalizações, envio de documentos;
- (c) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 30 (trinta) dias corridos;
- (d) *conference calls* e contatos telefônicos;
- (e) despesas de viagem, transportes, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (f) despesas com especialistas, tais como assessoria legal ou contábil ao Agente Fiduciário em caso de vencimento antecipado das Debêntures; e



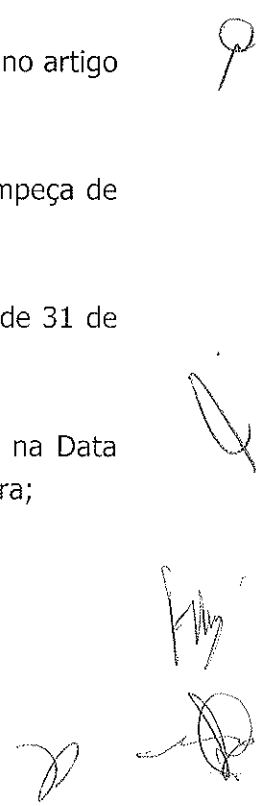
- (g) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

Cláusula Oitava – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

8.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou com os Garantidores que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, conforme informações e documentos disponibilizados pela Emissora;



- (j) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (k) verificou que, na forma prevista no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, as garantias reais descritas no item 6.23.2 e 6.23.3, serão constituídas e exequíveis após os devidos registros dos respectivos contratos de garantia, sendo certo que as garantias reais em conjunto serão suficientes para arcar com eventual inadimplemento da Emissora, considerando o Valor Total da Emissão;
- (l) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou data de realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso, ou até sua efetiva substituição ou, caso ainda restem obrigações inadimplidas da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas.

8.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo serviço de Agente Fiduciário serão devidas parcelas anuais de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. As parcelas anuais serão devidas até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na Data de Vencimento.

8.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como (i) à execução das garantias, (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento

P

Y

hmy

AD

antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das mesmas.

8.4.2. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrada, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicada a tais alterações/serviços.

8.4.3. As parcelas acima serão atualizadas pelo IGP-M, a partir da Data de Emissão.

8.4.4. Os impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidos às parcelas nas respectivas datas de pagamento.

8.4.5. Os serviços previstos nesta Escritura de Emissão são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e na Lei 6.404/76.

8.4.6. A remuneração não inclui o controle da Conta Reserva as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de das funções do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas Garantias e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrentes do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

8.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

8.4.8. Fica facultada a revisão dos honorários propostos no caso de eventuais obrigações adicionais atribuídas ao Agente Fiduciário, ou ainda no caso de alteração nas características da Emissão.

P

J

Fly

Y

Q

8.4.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sendo que neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) verificar a regularidade da constituição das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (h) examinar a proposta de substituição das Garantias, quando esta estiver autorizada pela presente Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (i) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

- (j) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (k) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e/ou do domicílio dos Garantidores, bem como das demais comarcas em que a Emissora e/ou os Garantidores exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou dos Garantidores, conforme o caso, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora ou nos Garantidores;
- (m) convocar às expensas da Emissora, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, às expensas desta;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatórios anuais destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - a. eventual omissão ou inveracidade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

R

J

M

P

A

- f. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- g. relação dos bens e valores entregues à administração do Agente Fiduciário;
- h. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e/ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia;
- i. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias;
- j. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (i) denominação da Emissora;
 - (ii) valor da emissão;
 - (iii) quantidade de debêntures emitidas;
 - (iv) espécie;
 - (v) prazo de vencimento das debêntures;
 - (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
e
 - (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período;
- (p) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (q) divulgar as informações referidas na alínea "j" do item (o) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (r) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - a. na sede da Emissora;

- b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM;
 - d. na CETIP; e
 - e. na sede dos Coordenadores.
- (s) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (t) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante a subscrição a integralização das Debêntures pelos Debenturistas, expressamente autorizam, desde já, a CETIP, o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (u) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (v) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, as expensas da Emissora, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 6.26. acima, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomou ciência do evento a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora ou pelos Garantidores de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou nos Instrumentos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (w) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (x) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora.

8.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer

documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para basear suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

8.7. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da presente Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

8.8. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.9. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.10. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros, desde que tais informações sejam auditadas e fornecidas em atendimento ao disposto na Cláusula 7.1.(a) acima.

8.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e/ou os Garantidores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;

- (b) requerer a falência da Emissora e a insolvência civil dos Garantidores;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora e insolvência civil dos Garantidores; e
- (e) executar as Garantias nos termos do item 6.23 acima.






8.11.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 6.19 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), (c) e (e) do item 8.10 acima, se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por unanimidade dos titulares de Debêntures em Circulação, sendo certo que na hipótese da alínea (d) acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação, nos termos do disposto no item 6.19 acima.

8.12. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não resultará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

8.12.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.12.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.12.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração paga ao Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir

da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.12.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

8.12.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 2.3 acima.

8.12.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 6.26. acima.

8.12.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Nona – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Primeira Série poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares das Debêntures da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou pela CVM.

9.3. A Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Segunda Série poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por titulares das Debêntures da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou pela CVM.

9.4. A Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Primeira Série será realizada de forma separada da Assembleia Geral dos titulares das Debêntures da Segunda Série, exceto quando tratar de matérias de interesse comum dos Debenturistas de ambas séries, tais como, mas não se limitando, a substituição do Agente Fiduciário e alteração dos prazos de obrigações previstas na presente Escritura de Emissão.

9.5. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.



9.6. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas, em primeira convocação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos.

9.7. A Assembleia Geral de Debenturistas, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias corridos após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.


9.8. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.9. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.


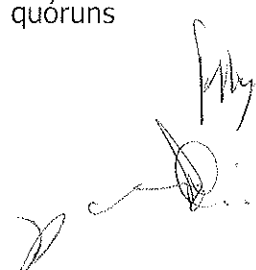
9.10. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Nona, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores (inclusive dos Garantidores) ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

9.11. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e dos Garantidores nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

9.12. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.13. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário, ao debenturista eleito pelos demais Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM. 

9.14. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, inclusive com relação a alterações nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura de Emissão que não apresentem outro quórum específico.

9.15. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, que poderão ser propostas exclusivamente pela Emissora, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) as disposições desta cláusula, (ii) qualquer dos quóruns 


previstos nesta Escritura de Emissão, (iii) a Remuneração das Debêntures; (iv) quaisquer das datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (v) o prazo de vencimento das Debêntures, (vi) a espécie das debêntures, (vii) as Garantias, (viii) a criação de evento de repactuação, (ix) as disposições relativas ao resgate antecipado facultativo e/ou obrigatório, (x) as disposições relativas à Amortização Extraordinária, (xi) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures, (xii) a alteração, substituição ou o reforço das Garantias, (xiii) alteração, perdão e/ou renúncia temporária a qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidas no item 6.20 acima, (xiv) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Sétima.

9.16. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quóruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.17. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

9.18. A critério dos Debenturistas, e desde que a pauta não seja referente a temas aplicáveis de forma equivalente a todas as Séries, poderá ser convocada uma assembleia individual para os Debenturistas de cada uma das Séries, observados os requisitos da Cláusula 9.4, sendo certo que, neste caso, deverão ser atendidos os mesmos *quóruns* previstos nesta Cláusula.

Cláusula Dez – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS GARANTIDORES

10.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) até a presente data, nem a Emissora, nem os Garantidores, nem qualquer de Representantes: (i) usou os seus recursos e/ou de suas afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (ii) fez qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (iii) violou qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando a, Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Leis Anticorrupção"); ou (iv) fez qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito,

P.

P.






P.

P.

remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (conjuntamente, "Condutas Indevidas")

- (b) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias e regulatórias, à celebração desta Escritura de Emissão, dos Instrumentos de Garantia, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e os Instrumentos de Garantia têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) esta Escritura de Emissão e os Instrumentos de Garantia, bem como as obrigações respectivamente previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) a celebração desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, nos Instrumentos de Garantia e a Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (aa) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (bb) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (cc) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (g) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, e não tem conhecimento sobre a ocorrência e existência, na presente data, qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e dos Instrumentos de Garantia, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula Quarta acima;
- (i) está cumprindo, todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus

negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, inclusive referente a temas socioambientais;

- (j) a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (k) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão e nos Instrumentos de Garantia em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (l) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da (i) Taxa DI, divulgada pela CETIP, e da (ii) TJLP, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (o) esta Escritura de Emissão e os Instrumentos de Garantia constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (p) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2013, representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; 
- (q) apresentará, até a Data de Liquidação, as Demonstrações Financeiras auditadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a qual representará corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora naquela data e para aquele período e serão devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; 
- (r) não é necessária autorização regulatória para celebração desta Escritura de Emissão, dos Instrumentos de Garantia e para realização da Emissão e da Oferta Restrita; 
 

- (s) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial; e
- (t) possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, e licenças e outorgas, inclusive as ambientais, aplicáveis ao regular exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declaram e garantem que solicitarão e manterão válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item, as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para exercício;
- (u) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- (v) está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (w) os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- (x) é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures; e
- (y) decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos.

10.2. Os Garantidores neste ato declaram e garantem, conforme aplicável, que:

- (a) Rubens é capaz para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil de Rubens é casado sob o regime de separação total de bens;



- (b) Fabrício é capaz para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil de Fabrício é casado sob o regime de separação total de bens;
- (c) Patrícia é capaz para a prática de todos os atos da vida civil, e o estado civil de Patrícia é casada sob o regime de comunhão parcial de bens;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e a assunção por eles das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (e) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (f) estão cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) os Garantidores não têm conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à situação econômico-financeira dos Garantidores;
- (h) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão e à Oferta Restrita, conforme o caso, em relação aos Garantidores são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (i) não omitiu ou omitirá qualquer fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (j) não há qualquer ligação entre os Garantidores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) esta Escritura de Emissão constitui obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas dos Garantidores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (l) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da (i) Taxa DI, divulgada pela CETIP, e da (ii) TJLP, divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por

C

Q

✓

Handwritten signature

livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;

- (m) tem capacidade jurídica para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir todas as respectivas obrigações aqui previstas;
- (n) está familiarizado com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- (o) decidiu, por sua conta e risco, prestar a Fiança e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definirem o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes à Fiança, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável à Fiança;
- (p) é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures; e
- (q) não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

Cláusula Onze – DAS NOTIFICAÇÕES

11.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

JUMIL - JUSTINO DE MORAIS, IRMÃOS S.A

Rua Ana Luiza, 568

Batatais - SP

CEP 14300-000

At.: Fabrício Rosa de Moraes

Telefone: (16) 3660-1000 – Ramal 1005

E-mail: fabricio@jumil.com.br

9

Handwritten signatures and initials are present in the right margin of the page.

Para os Garantidores:

RUBENS DIAS DE MORAIS

Rua Coronel Joaquim Alvez, 760

Batatais – SP

CEP: 14300-000

At: Rubens Dias de Moraes

Telefone: (16) 3660-1000 – Ramal 1002

E-mail: rubens@jumil.com.br

FABRÍCIO ROSA DE MORAIS

Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 2800, Vila do Golf

Ribeirão Preto – SP

CEP 14.027-250

At: Fabrício Rosa de Moraes

Telefone: (16) 3660-1000 – Ramal 1005

E-mail: fabricio@jumil.com.br

PATRÍCIA ROSA DE MORAIS CRIVELENTI

Rua 6, 145, Chácara Caiapós

Batatais – SP

CEP 14.300-000

At: Patrícia Rosa de Moraes Crivelenti

Telefone: (16) 3660-1000 – Ramal 1011

E-mail: patricia@jumil.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205, Barra da Tijuca,

Rio de Janeiro – RJ

At.: Antonio Amaro / Maria Carolina Vieira Abrantes Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

Email: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br / ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Liquidante

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

04309-010, São Paulo, São Paulo

At.: Luiz Petito

Tel: +55 (11) 2797-4441

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela
04309-010, São Paulo/SP
At.: Luiz Petito
Tel: + 55 (11) 2797-4441
e-mails: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano
São Paulo – SP
CEP: 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

11.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de recebimento de "aviso de entrega e leitura". Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Doze – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora ou dos Garantidores, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora ou pelos Garantidores nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita e registro da Fiança, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da CETIP, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário e dos demais prestadores de serviços; e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

Cláusula Treze – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e os Garantidores, estes últimos, na qualidade de intervenientes anuentes, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 17 de abril de 2015.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco.]

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a single signature at the top right, and a cluster of three signatures and initials at the bottom right.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Jumil - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

JUMIL - JUSTINO DE MORAIS, IRMÃOS S.A



[Handwritten signature]

Nome: FABRÍCIO ROSA DE MORAIS
Cargo: Diretor



[Handwritten signature]

Nome: PATRICIA ROSA DE MORAIS CRIVELENTI
Cargo: Diretora



Reconheço por Semelhança a(s) firma(s):
FABRICIO ROSA DE MORAIS, PATRICIA ROSA DE MORAIS CRIVELENTI*****

São Paulo, 17 de Abril de 2015. C. Ser: 3646016. 16:29:01h

R\$14,60 SELO(S) 1047AB083698
Valido somente com selo de autenticidade



[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Jumil - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo:

Fernando Nunes Luis
Procurador

Nome:


Cargo:

Leonardo Carles P. Moreira
Procurador

[Handwritten signatures and initials]

Bel. William Furler
RG: 2845.550-6 SSP-SP

9



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Jumil - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

FABRÍCIO ROSA DE MORAIS





Reconheço por Semelhança a(s) firma(s):

FABRICIO ROSA DE MORAIS*****

São Paulo, 17 de Abril de 2015. C.6eq.36510174, 16:29:07h

R\$7,30 SELD(S) 1047AB330708

Válido somente com selo de autenticidade



R

J

Jo

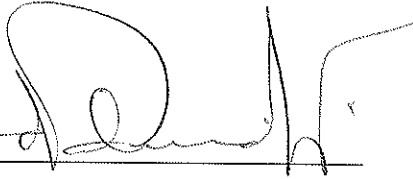
Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Jumil - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

PATRÍCIA ROSA DE MORAIS CRIVELENTI

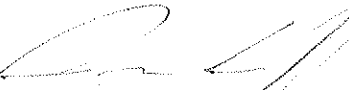
140

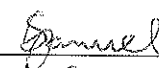

Com anuência de seu cônjuge:

ÉDER PALMA CRIVELENTI

140


Testemunhas

1. 
Nome: André Franco Pinolza
CPF: 418 110 288 29
RG: 40 835 548-7

2. 
Nome: Samuel Gustavo Calazans Dinbarre
CPF: 389.071.048-09
RG: 52.961.505-8

 14º Tabelião de Notas de São Paulo
Rua Antônio Bricido, 66 | Pinheiros | CEP: 05418-010 | São Paulo/SP
Fone: (11) 3065-4900 | www.vampire.com.br

Reconheço por Semelhança a(s) firma(s):

PATRICIA ROSA DE MORAIS CRIVELENTI, ÉDER PALMA CRIVELENTI*****

São Paulo, 17 de Abril de 2015. C. Seg: 36570186.16:29:12h

R\$14,60 SELD(S) 1047AB083699

Válido somente com selo de autenticidade





ANEXO I

Lista de contratos financeiros que serão adimplidos com os recursos oriundos da Emissão

<u>Banco</u>	<u>Nº do Contrato</u>	<u>Data de Contratação</u>
Banco Santander (Brasil) S.A.	0027/270254612	15/03/2012
Banco Santander (Brasil) S.A.	0027/271103013	27/09/2013
Banco Santander (Brasil) S.A.	2019/270053315	21/01/2015
Banco Santander (Brasil) S.A.	2019/300000004900	20/12/2012
Banco Votorantim S.A.	10156507	22/10/2014
Banco Votorantim S.A.	10174852	11/02/2015
Banco Votorantim S.A.	1033152	19/07/2013
Banco Votorantim S.A.	1125329	25/09/2013
Banco Votorantim S.A.	10132128	12/03/2015
Banco Itaú BBA S.A.	101113090002801	08/04/2015
Banco Itaú BBA S.A.	101115030002200	08/04/2015

P

P

João